Aprovado
4 3 abstenções
25 votos favor
de 14/1/16

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2016

--- Aos dezoito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dezasseis, pelas 20h e 45 m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja no Salão de Festas da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, em Alcoentre. ----------

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

Ponto 2 – Projeto de Delimitação Urbana / ARU 2 – Azambuja **P 146/P/2015**

Ponto 3 – Projeto de Delimitação urbana / ARU 3 – Manique do intendente **P 147/P/2015**

Ponto 4 – Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Área de Reabilitação Urbana dos Municípios Associados da CIMLT **P 151/P/2015**

Ponto 5 – Regulamento de Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Azambuja **P 38/VP/2015**

Ponto 6 – Desafetação de Parcela de Domínio + **P 3/P/2016**

Ponto 7 – Abertura de Procedimento Concursal – Auxiliar de Ação Educativa **P 5/P/2016**

Ponto 8 – Central de Compras eletrónicas da CIMLT **P 6/P/2016**

Ponto 9 – Informação Nº 2 - DAF/P/2016 - Relatório de acompanhamento e motorização do PAFA – 3º e 4º trimestre de 2015

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Srª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e como 2ª Secretária Srª D. Tatiana Filipa Pacheco Gaspar. ----------

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu Martins, António Colaço Jacinto, António Francisco Nunes Godinho, António José Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel da Conceição Loureiro, António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos Miguel Rebelo Valada, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Luís Fernando Lobato da Fonseca, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Luísa da Conceição António, Natércia Maria Esteves Rocha Serranito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Daniel Simões Salazar, Rogério Faria Jorge, Sérgio Joaquim Fernandes Ezequiel. ----------

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa, o Srº Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio e

os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho. ----------
--- O Sr. Presidente da mesa cumprimentou todos os presentes e informou que uma vez que esta é uma Sessão Ordinária haverá um período antes da ordem do dia destinado ao público, depois seguir-se-á um período antes da ordem do dia para intervenção dos Deputados Municipais e, por último, o período destinado à ordem do dia. ----------
--- Comunicou que a Srª Deputada Municipal, Sílvia Margarida Narciso Vitor do PS, pediu o prolongamento da suspensão de mandato por mais 4 meses, sendo substituída pelo Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo. ----------
--- Comunicou ainda que a Srª Deputada Municipal, Inês Pina Vidal Ramos do PS, renunciou ao seu mandato, sendo substituída por Tatiana Filipa Pacheco Gaspar. ----------
--- Renunciou também ao seu mandato a Srª Deputada Municipal, Cátia Matos da Coligação PFNT, sendo substituída pelo Sr. Luís Fernando Lobato da Fonseca. ----------
--- Informou que a Srª Deputada Municipal, Maria Inês Louro do PS, se fez substituir nesta reunião pelo seu substituto legal, Pedro Daniel Simões Salazar. ----------
--- Informou também que entrou na mesa um pedido de substituição do Sr. Deputado Municipal, Luís Fernando Lobato da Fonseca da Coligação PFNT, que será substituído por Natércia Maria Esteves Rocha Serranito. ----------
----------**ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se algum membro do público queria usar da palavra.
--- Pediu a palavra o Srº José Manuel Pratas pedindo autorização para exceder o tempo estipulado devido à extensão da intervenção que pretende fazer. ----------
--- O Sr. Presidente da mesa autorizou o pedido. ----------
--- O Srº José Manuel Pratas passou então a ler o documento que a seguir se transcreve: -----
--- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ----------
--- Senhoras e Senhores Deputados Municipais, ----------
--- Senhor Presidente, Senhoras Vereadora e Senhores Vereadores da Câmara Municipal, --
--- Minhas Senhoras, Meus Senhores ----------
--- Senhores Funcionários ----------
--- Exmº Publico ----------
--- Muito boa noite a todos ----------
--- Vou utilizar um velho proverbio chines – FALAR BAIXO PARA SER OUVIDO. ----------
--- Começo por agradecer publicamente a 3 pessoas que me têm acompanhado e aconselhado neste processo: António Pratas Cardoso, António José Rodrigues e Daniel Claro. ----------
--- O Meu reconhecimento e o meu muito obrigado pelo apoio e pelos bons conselhos que me deram. Em privado já fiz idêntico agradecimento a vários camaradas meus da FAUL e da Comissão nacional do PS, que ao longo deste tempo me apoiaram moralmente. ----------
--- Durante a minha vida e já lá vão 67 anos. ----------
--- Aprendi a conquistar a liberdade, fui militar em Angola e convivi com muita gente e pelo menos dois deles cometeram o crime de em Maio de 1969 como estudantes universitários, enfrentarem o Presidente Américo Tomaz e sabem o prémio que tiveram; foram para África, um como soldado outro como furriel, ainda hoje somos amigos, lembro-me bem daquela madrugada de 28 de Julho de 1970, quando ouvimos na rádio Portugal Livre emitido de Argel da Morte de Salazar, por isso sei bem o que custou conquistar a liberdade. ----------
--- Participei ativamente na construção da Democracia, neste concelho de Azambuja no Distrito de Lisboa e em muitos outros pontos do País, sempre com a Bandeira do P.S. – Partido Socialista. ----------
--- Não venho aqui para abrir brechas. ----------

--- Como bom cristão venho aqui para sarar chagas, cicatrizes feridas abertas por outro ou por outros. ----------
--- Como socialista sei bem gerir os silêncios e sou do tempo das causas, dos valores que orientam a vida politica. ----------
--- Dirijo-me a todos os presentes nesta reunião da Assembleia Municipal da Azambuja, pois o que me traz aqui hoje é matéria de relevante interesse municipal. ----------
--- São questões de transparência institucional de quem preside atualmente à nossa Câmara Municipal e são questões de reposição da Verdade relativamente a quem já exerceu dignamente os mais elevados interesses das nossas Autarquias. ----------
--- Como todos sabem e não escondo, fui, sou e serei um elemento ativo do Partido Socialista da Azambuja e também foi por esses razão que desempenhei funções autárquicas, como é do conhecimento de todos os presentes nesta Assembleia Municipal. ----------
--- Sou membro da Assembleia de Freguesia de Aveiras de Cima, fui presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, fiz parte da Assembleia Municipal, fui vereador da Câmara de Azambuja. ----------
--- Foi a meu convite que em Outubro de 1974 o Secretário-Geral do PS – Dr. Mário Soares se deslocou pela 1º vez a Aveiras de Cima e Azambuja, acompanhado por Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais. ----------
--- Desde cedo, estive sempre com o Poder Local Democrático nascido do 25 de Abril de 1974, sendo um dos (cinco) fundadores da Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE, fui Vice-Presidente, e foi com a ANAFRE que as freguesias (na altura 4 mil e duzentas e tal Freguesias), que passaram a receber as verbas diretamente do Governo sem passarem pelas Câmaras. ----------
--- Mais tarde passaram a ter Presidentes a tempo inteiro e a meio tempo, hoje, beneficiam no nosso concelho as freguesias de azambuja e Aveiras de Cima, pena não serem mais. -----
--- No Partido Socialista, exerci os mais diferentes cargos e assumi muitas responsabilidades, sem nunca ter quebrado os valores da camaradagem, da lealdade e da solidariedade. ----------
--- Fiz parte da direção da ANA-PS (Associação nacional dos Autarcas Socialistas) e que eu saiba o PS Azambuja nunca mais teve qualquer representante nesta estrutura. ----------
--- Como Presidente da Junta fiz parte do Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios na Presidência do Engº. Mário de Almeida. ----------
--- Para exercer todas estas responsabilidades nunca precisei de mudar de camisola partidária ou de saltar de um partido para o outro para ver aquele que me dava mais. -------
--- Já o disse e repito: fui, sou e serei um militante ativo e disciplinado do Partido Socialista. ----------
--- Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais, ----------
--- Como referi, esta minha intervenção é apenas direcionada pelo interesse municipal do nosso concelho da Azambuja e resulta exclusivamente da falta de transparência de quem atualmente preside à Câmara Municipal. ----------
--- Lamento profundamente que o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja Luís Sousa, em 10 de Abril de 2014, tenha participado judicialmente contra a minha pessoa.
--- Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais ----------
--- Transparência, verdade e sentido institucional de quem representa o interesse público é isso que se exige de quem é autarca. ----------
--- Foi isso que faltou e está a faltar a quem exerce atualmente a representação municipal da nossa Autarquia. ----------
--- Por isso, é meu dever transmitir a todos os presentes que o Senhor Presidente da

Câmara Municipal da Azambuja Luís de Sousa ficcionou, ou se preferirem num português corrente inventou, que a minha pessoa enquanto vereador num passado recente da Câmara Municipal da Azambuja, teria retirado documentação municipal da Câmara Municipal e tivesse guardado essa documentação na minha adega. ----------
--- Tal participação criminal levada a cabo pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja Luís de Sousa deu origem a um processo-crime contra a minha pessoa, o qual correu termos no Tribunal do Cartaxo, com o nº 252 /14.9 TACTX. ----------
--- Por causa deste processo estive privado dos mais elementares direitos de cidadania – termo de identidade e residência, privado de me ausentar da minha residência por mais de 5 dias e impedido de sair do País. ----------
--- Porque vivemos num Estado de Direito Democrático e a justiça dos nossos tribunais funciona, demonstrei em Tribunal que a participação criminal do Senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja não tinha fundamento, não correspondia à verdade e a que a mesma se baseava em argumentos falsos e difamatórios contra a minha pessoa. ----------
--- Foi nesse sentido, que o Tribunal do Cartaxo, em finais de Dezembro 2015, se pronunciou favoravelmente à minha defesa não dando provimento à participação criminal do atual Senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja. ----------
--- Sublinho que os factos participados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja para além de não corresponderem à verdade, como se provou em Tribunal, são difamatórios e atentatórios ao meu bom nome e imagem da minha pessoa. ----------
--- Fez-se justiça, prevaleceu a verdade contra a mentira, a ficção e a falta de transparência. ----------
--- Como é óbvio, reservo-me ao direito de proceder criminalmente contra o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Azambuja e contra quem mentiu em Tribunal na qualidade de testemunha apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara e que por essa via assumiu o papel principal nesta verdadeira ficção. ----------
--- Para bem do PODER LOCAL, da DEMOCRACIA e do PARTIDO SOCIALISTA, espero que o Senhor Presidente da Câmara não fique no casulo e ganhe tranquilidade suficiente para pôr fim a este processo. ----------
--- Há Justiça o que é da Justiça. ----------
--- Porque na Política não vale tudo. ----------
--- Não pode valer tudo. ----------
--- Não vai valer tudo. ----------
--- Boa noite a todos. ----------
--- Azambuja, 18 de Fevereiro de 2016 ----------
--- Anexo conclusão do Tribunal do Cartaxo – Procº 252/14.9TACTX – 68848498 ----------
--- Intervenção de José Manuel Isidoro Pratas ----------
--- O Sr. José Manuel Pratas referiu ainda que este processo para ele está encerrado e que anexa à sua intervenção as conclusões do tribunal do Cartaxo.----------
--- Foi concedida a palavra ao Sr. José Santos, que cumprimentou todos os presentes e perguntou, relativamente aos esgotos de Alcoentre, mais precisamente em relação ao saneamento de Casais das Boiças, que há dois anos que está feito, faltando o emissário. ------
---Solicitou saber em que ponto da situação é que se encontra este assunto. ----------
--- Pediu a palavra ao Sr. Manuel Diogo que, após cumprimentar os presentes, disse que, há cerca de dois anos, foi colocado um edital em Tagarro relativamente à ocupação da via pública por um sucateiro com instalações contíguas ao cemitério, em que se dizia que este iria compensar essa ocupação com cedência de terreno para estacionamento do cemitério. ---
--- Solicitou assim saber mais alguma informação sobre esta matéria. ----------
--- Referiu ainda que na entrada da povoação existe um camião abandonado há alguns meses que retira a visibilidade a quem sai de Tagarro, solicitando a intervenção da autarquia

relativamente a este assunto. ----------
--- Em relação à montagem de esgotos de Tagarro da rede que vem da Espinheira, informou que está suspensa uma parte do mesmo junto à ponte num tubo metálico. Perguntou, se já alguma vez foi feita alguma avaliação à referida ponte, uma vez que aquela é uma ponte Romana muito antiga. ----------
--- Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, que apresentou os seus cumprimentos a todos os presentes e disse que, em relação aos esgotos de Casais das Boiças, a Câmara tem uma reunião marcada com as Águas do Oeste onde vai ser abordado esse tema, podendo depois dizer mais alguma coisa sobre o assunto. ----------
--- Em relação à questão do camião, referiu que irá avaliar essa situação de modo a que fique resolvida. ----------
--- No que diz respeito à ponte Romana, informou que já foi feita uma avaliação e que já existe na Câmara um procedimento para a reparação da mesma que, embora seja muito cara, terá que ser feita. ----------
--- Relativamente à ocupação da via pública ao pé do cemitério, informou que estão a decorrer conversações com os proprietários de modo a poder-se proceder ao alargamento da estrada. ----------
---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou ao Sr. José Manuel Pratas se o documento que leu e entregou à mesa é apenas para facilitar a transcrição da ata, ou é com outro intuito. --------
--- O Sr. José Manuel Pratas, esclareceu que é para facilitar na transcrição da ata. ----------
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou então se dava autorização para ceder o documento ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srºs Deputados Municipais. ----------
--- O Sr. José Manuel Pratas, autorizou. ----------
--- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Mesa, perguntando se existia mais alguém do público que desejasse intervir. Não havendo, passou para o período antes da ordem do dia para os Deputados Municipais. ----------
--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal, António José Rodrigues, que, cumprimentando todos os presentes e fazendo referência à intervenção do Sr. José Manuel Pratas, informou que a sua intervenção neste processo se baseia em torno dos procedimentos que tramitam no Município em termos urbanísticos. Salientou, por outro lado que, de acordo com a lei, estes processos têm que estar sob o controlo do gestor de procedimento, que será o rosto da Câmara para os contactos dos particulares com as entidades da administração central e local no que respeita às operações urbanísticas a tramitar em cada Município. -------
--- Referiu ainda que a lei diz que cada procedimento é acompanhado pelo gestor do procedimento que acompanha a instrução dos processos e o cumprimento de prazos, dando conhecimento aos interessados. ----------
--- Salientou também que a nomeação do gestor de procedimento compete ao Chefe de Divisão da Câmara Municipal com poderes para o efeito. Destaca que este regime jurídico está em vigor desde 2007, de forma que o Município de Azambuja já devia ter nomeado o gestor dos processos. Sendo assim, se o Sr. José Manuel Pratas, por alguma razão, levou, por uns dias ou umas semanas, os processos para a sua casa, o controle destes processos cabia sempre ao gestor do procedimento, e se o Sr. José Manuel Pratas estivesse a ultrapassar os prazos devidos para os ter em despacho, o gestor do procedimento tinha que o chamar à atenção. Sendo assim, ou o Sr. José Manuel Pratas não tinha os processos em sua posse, ou o gestor de procedimento não exerceu as suas competências transferindo-as para a estrutura orgânica da Câmara, ou seja, para a última instância que é o Sr. Presidente da Câmara. Por último, referiu ainda que considera que a culpa é do Município ou de quem era o gestor do procedimento. ----------

--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Godinho, que cumprimentou todos os presentes e referiu que as questões suscitadas pelo Sr. José Manuel Pratas são questões que vão muito para além da avaliação das atitudes e da qualidade do Presidente da Câmara. Solicitou, por isso, a distribuição da documentação entregue pelo Sr. José Manuel Pratas a todos os grupos políticos, deixando a indicação que voltará a esta questão em próximas Assembleias de Municipais em função da análise que for feita sobre esta documentação e da situação, uma vez que não lhe parece que esta questão termine brevemente. ----------
--- Pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal, António Lavado dos Reis, solicitando saber em que ponto é que estão as posturas de trânsito do Concelho. ----------
--- Em relação à legalização dos terrenos da Quinta do Mor, referiu que houve pessoas que pagaram muitos euros para os legalizar, no entanto, ainda faltam algumas infraestruturas, perguntando de quem é a responsabilidade da execução das mesmas. ----------
--- Em relação à saúde afirmou que as coisas, desde há quatro anos, estão cada vez piores, tendo a Câmara que tomar uma atitude em relação a este assunto. ----------
--- Em relação ao plano de recuperação de estradas, disse que até agora não se vê nada feito, perguntando para onde vão as verbas para este efeito. ----------
--- Solicitou também saber como está a questão dos oleões. ----------
--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara que, em relação à Quinta do Mor, esclareceu que as infraestruturas são da responsabilidade da Câmara e que a mesma as fará logo que haja disponibilidade financeira para isso. ----------
--- Quanto à intervenção do Sr. Deputado Municipal António Godinho, informou que, em relação ao Sr. José Manuel Pratas, enviou este processo ao tribunal em nome da Câmara Municipal porque o advogado o aconselhou a faze-lo. Salientou ainda que pensou que este assunto hoje ficasse encerrado por aqui, mas já percebeu que não, uma vez que a Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra ainda quer ir indagar. Disse também que já pediu a reabertura do processo. ----------
--- No que diz respeito à intervenção do Sr. Deputado Municipal, António José Rodrigues, referiu que ficou com alguma confusão, uma vez que há processos de urbanismo e de contra ordenação, embora muitos deles estejam relacionados com o urbanismo, salientando que estes processos do Sr. José Manuel Pratas são processos de contra ordenação, nada tendo a ver com o urbanismo. ----------
--- Em relação aos oleões o Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente. ----------
--- O Sr. Vice-Presidente referiu que os oleões já estão preparados e já existe um protocolo com uma empresa que vai fazer a colocação e a gestão dos mesmos; referiu ainda que estão à espera que as Juntas de Freguesia se pronunciem sobre a respetiva localização; declarou por último que irá haver uma ação de formação e sensibilidade referente ao bom uso do oleão. ----------
--- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara para dizer que, em relação à postura de trânsito, a Câmara já fez todo o processo dos levantamentos e que, agora, vai reunir com os Presidentes de Junta de Aveiras de Cima e de Azambuja, para analisar todo o processo. ------
--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal, Carlos Valada que, cumprimentando todos os presentes e referindo que irá fazer umas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara, solicitou resposta após cada pergunta. ----------
--- 1.ª Pergunta ----------
--- O Artigo 43.º do Plano Director Municipal de Azambuja define a zona da Quinta da Areeira como "espaço de indústria extractiva".----------
--- O que é natural porque é lá que ficava a antiga extracção de areias da empresa ZUBAREIA. --Em função daquele artigo do PDM, o uso do solo só pode ser de indústria

extractiva, não sendo possível outro tipo de ocupação.----------
--- Tal como nos "espaços agrícolas" e nos "espaços verdes", a ocupação é extraordinariamente restritiva no "espaço de indústria extractiva". ----------
--- Todos conhecemos essas restrições. ----------
--- Todos sabemos que, no concelho de Azambuja, muitas famílias foram impedidas de construir casa por causa da RAN e da REN. ----------
--- Por isso, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara: ----------
-- Porque existiu uma espécie de "tratamento de favor" e onde só havia extracção de areia passou a ser possível a instalação de um aterro com a capacidade para receber 852 mil toneladas de resíduos, bem perto da entrada nascente de Azambuja? ----------
--- O Sr. Presidente da Câmara respondeu, dizendo que não sabe porque é que houve autorização para o aterro ser feito naquele local, pois foi a CCDR e a APA que autorizaram.
--- 2.ª Pergunta ----------
--- No dia 5 de setembro de 2012, o anterior presidente da Câmara de Azambuja, Dr. Joaquim Ramos, enviou uma carta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e pediu para que o processo de instalação do aterro na Quinta da Queijeira fosse suspenso, fosse interrompido. ----------
--- O Dr. Joaquim Ramos justificou essa sua decisão no facto de – e cito – "a estratégia de desenvolvimento do Município de Azambuja teve que ser repensada". E porque – continuo a citar – "sentimos a necessidade de reequacionar os fundamentos técnicos, estratégicos e jurídicos que fundamentaram a Declaração de Interesse Público Municipal" – fim de citação. ----------
--- Poucos meses após o envio desta carta, o Dr. Joaquim Ramos teve um grave problema de saúde e abandonou o cargo de presidente. ----------
--- Com o afastamento do Dr. Joaquim Ramos o processo de instalação do aterro na Quinta da Queijeira deixou de estar suspenso. ----------
--- Por isso, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara:----------
--- Porque não manteve o processo parado junto da CCDR-LVT (como tinha sido decidido pelo seu antecessor) e porque permitiu que o processo recomeçasse? ----------
--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que não foi ele que autorizou que o processo recomeçasse. Diz que já lhe foi perguntado se o processo estava em tribunal, referindo que não sabe de nada. Declarou ainda que o que a Câmara aprovou foram autorizações urbanísticas. ----------
--- 3.ª Pergunta ----------
--- Por proposta dos vereadores da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA, no dia 19 de novembro de 2013, a Câmara de Azambuja apreciou a Proposta n.º 2/CPFNT/2013, cujo objectivo principal foi a revogação da Declaração de Interesse Público Municipal que viabilizou a instalação do aterro de resíduos na entrada nascente de Azambuja.----------
--- Nessa reunião camarária, o Sr. Presidente da Câmara disse o seguinte e vou citar a respetiva acta:----------
--- "Tomou a palavra o Senhor Presidente declarando que a fundamentação da Proposta apresentada pelo Senhor Vereador lhe tinha suscitado várias dúvidas, pois o que acabara de ouvir não se coadunava com o que lhe tinha sido dito numa reunião que tivera com os legais representantes das empresas assim como o que vinha expresso nos pareceres das entidades envolvidas. Sugerindo que a proposta Nº2/CPNT/2013 pudesse ser votada na Próxima Reunião de Câmara por forma a poder documentar-se cabalmente de todo o processo que a situação envolvia." ----------
--- A votação da proposta foi adiada para a reunião camarária que se realizou 15 dias

depois, ou seja, no dia 3 de dezembro de 2013. ----------
--- Nessa altura, a proposta foi aprovada com os votos favoráveis dos vereadores da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA e do vereador da CDU David Mendes. ------
--- Abstiveram-se os vereadores António Amaral (PS) e Herculano Valada (CDU) e votaram contra o Sr. Presidente da Câmara e o Vice-Presidente Silvino Lúcio.----------
--- Portanto, no dia 3 de dezembro de 2013, a Câmara de Azambuja revogou a Declaração de Interesse Público Municipal e assumiu - conforme consta da proposta aprovada - a sua "total oposição à instalação do "Aterro de Resíduos Não Perigosos e de Resíduos Inertes" na Quinta de Queijeira, porquanto este tipo de actividade económica não se enquadra nos objetivos da estratégia de desenvolvimento sócio-económico definidos para a freguesia de Azambuja e nos pressupostos estabelecidos para a revisão do Plano Diretor Municipal". ---
--- Contudo, 48 horas depois, no dia 5 de dezembro de 2013, o Sr. Presidente da Câmara proferiu despacho favorável ao projecto de arquitectura dos edifícios do Aterro! ----------
--- Por isso, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara:----------
--- Porque proferiu o Sr. Presidente da Câmara esse despacho favorável, sabendo já que a Câmara a que preside tinha inviabilizado a instalação do Aterro?----------
--- O Sr. Presidente da Câmara referiu que votou contra devido a uma questão política. Sendo a questão do licenciamento urbanístico totalmente diferente. ----------
--- Finalizou dizendo que não irá mais responder esta noite a todas as perguntas que forem feitas sobre esta questão. ----------
--- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal, Carlos Valada, para dizer que este aterro está a ser criado no Concelho de Azambuja, e que a Câmara num curto espaço de meses troca a sua opinião sobre o assunto, vai contra uma decisão sua e da Assembleia Municipal, continuando o Sr. Presidente da Câmara a legalizar. Sendo este um processo demasiado importante para não ser respondido. ----------
--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal, António Nobre que, relativamente ao endividamento municipal no que respeita ao ano de 2014, e fazendo referência ao ofício que a Câmara Municipal enviou à DGAL tentando explicar a razão de ser do excesso do endividamento legalmente fixado, suscitou-lhe algumas dúvidas porque, na sua perspetiva, não esclarece convenientemente o que se pergunta no ofício. ----------
--- Mais referiu que realmente o Município assumiu responsabilidade pelo passivo e ativo que constituía a antiga empresa municipal, mas os efeitos que se produziram na situação patrimonial do município referem-se a 2015 e não a 2014, sendo esta dúvida que gostaria de ver esclarecida por parte do Sr. Presidente. ----------
--- O Sr. Presidente solicita ao Dr. Ricardo Portela para responder a esta questão, uma vez que é uma questão mais técnica. ----------
--- Tomou a palavra o Dr. Ricardo Portela para dizer que a questão que a DGAL coloca prende-se com o apuramento do endividamento municipal, e como o município tinha uma participação numa empresa municipal e, se essa empresa não tivesse resultados mais equilibrados, haveria repercussão no endividamento do município. Neste caso concreto houve essa repercussão (excessos de endividamento) face aos limites, uma vez que houve uma lei que determinou a extinção da empresa municipal e, assim, o município ficou impossibilitado de proceder a transferências para cobertura de prejuízos em momento oportuno. Caso esta lei não existisse a empresa manteria os resultados anuais equilibrados e haveria uma redução superior a 1 milhão de euros nos níveis de endividamento. Esclareceu ainda que o serviço da dívida paga ao banco já era assumido por transferências que o município fazia para a empresa. Neste momento, o município acaba por pagar diretamente não havendo qualquer agravamento. ----------

--- O Sr. Deputado Municipal, António Nobre, reformulou a pergunta de uma forma mais sintética, uma vez que a resposta não foi esclarecedora. Salientou que o ofício refere que a transferência financeira devia ser efetuada até final do mês seguinte, prazo legal para aprovação das contas (Abril 2015), sendo que o processo de extinção da empresa foi concluído em 18 de Março de 2015; a DGAL tinha alertado a Câmara para o excesso de endividamento a 31 de Dezembro de 2014, três meses antes, mas só no ano de 2015 é que o procedimento relativamente à EMIA se resolveu, querendo, por isso, saber o porquê desta diferença. ----------

--- Retomou a palavra o Dr. Ricardo Portela, referindo que há duas formas de manter o equilíbrio das contas da empresa municipal. A 1ª fórmula é ir fazendo, ao longo do próprio exercício, transferências de indemnizações compensatórias de forma a equilibrar os resultados; esta forma, durante este exercício e após a aprovação da Assembleia Municipal da dissolução da empresa, ficou inviabilizada porque se entendeu que existiam diferentes pareceres sobre a matéria e que o contrato programa de gestão regente entre o município e a EMIA se extinguia nesse momento. Acrescentou ainda que esta 1ª fórmula estava à partida inviabilizada. A 2ª fórmula de manter os resultados equilibrados, seria por via de uma transferência financeira, tendo essa transferência que ser feita no final do mês seguinte ao final do prazo fixado, sendo que o resultado de 2014 só seria conhecido em Março de 2015 que é o prazo legal para as contas estarem fechadas. Sendo assim, o desequilíbrio de um ano existe porque não era possível proceder a transferências ao abrigo do contrato programa. Por se entender que o mesmo caducou, a solução seria proceder à transferência durante o mês de Abril do ano seguinte. Acrescentou que a DGAL só reportou isso agora, porque primeiro deixou fechar as contas e depois de se fecharem as contas é que se consegue saber em concreto se a empresa apresenta resultados equilibrados ou desequilibrados. Referiu que o município, não podendo proceder à transferência, comunicou que a empresa apresentava resultados desequilibrados à data de 31 de Dezembro de 2014, e não foi possível fazer essa transferência dentro do mês de Abril do ano seguinte. --- Solicitou a palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Salazar que, cumprimentando todos os presentes e felicitando a Câmara Municipal pelo início da reparação das estradas no concelho, perguntou se existe a possibilidade de no orçamento para 2016 se reforçar esta rubrica. Referiu ainda a possibilidade de evitar que algumas estradas se danifiquem mais. ----------

--- No que se refere aos ecopontos, solicitou que a Câmara Municipal e a Valorsul façam uma ação de sensibilização de forma a uma melhor utilização dos mesmos, nomeadamente por parte dos operadores económicos. ----------

--- Solicitou a palavra o Sr. Deputado Municipal, António Lavado dos Reis, para perguntar qual a posição da Câmara em relação à saúde do nosso concelho e o que se pensa fazer em relação a este assunto. ----------

--- Perguntou também qual é o prazo de reparação que a PT ou a EDP tem para execução de uma obra de corte de estrada. ----------

--- O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra para dizer que, em relação à questão da saúde, a ARS já colocou mais médicos no concelho. Informou também que irá ter brevemente uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde. ----------

--- Quanto à recuperação de estradas disse que se irá ver o que se pode fazer com a verba existente e com a repartição de saldos. ----------

--- No que diz respeito às reparações da EDP e da PT, referiu que existem processos elaborados na Câmara e que a mesma vai acompanhando o decorrer das obras. Quanto ao buraco em Aveiras de Cima, a que o Sr. Deputado Municipal, António Lavado, se quis referir, diz que irá resolver o assunto com a empresa responsável o mais depressa possível. --

--- Solicitou a palavra o Sr. Deputado Municipal, António Godinho, para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que, em relação ao caso do Sr. José Manuel Pratas, o julgamento da Coligação PFNT é totalmente politico e, nesse campo, tem todo o direito e o dever de o fazer. ----------
--- Referiu ainda que as questões que levanta, em relação ao caso do Sr. José Manuel Pratas, não têm a ver diretamente com o Sr. Presidente da Câmara, nem enquanto presidente, nem enquanto pessoa. Quis apenas dizer que há questões que têm que ser esclarecidas. ----------
--- Solicitou a palavra o Sr. Deputado Municipal, António José Rodrigues, referindo que a resposta do Sr. Presidente da Câmara é um pouco tapar o sol com a peneira, uma vez que diz que já não estamos na fase do processo administrativo, mas sim na fase das contra-ordenações, como quem diz que o gestor de procedimento não tem nada a ver com isto, sendo que a partir daí não há responsáveis por nada. Esclareceu que a figura do gestor do procedimento foi introduzida em 2007, mas a gestão do contencioso administrativo, ou seja, as contra-ordenações já estão reguladas há muito tempo. Mais acrescentou que o processo de contra-ordenação tem outros antecedentes, pois logo que seja detetada uma irregularidade, em relação a um procedimento de construção de obras ilegais ou defeituosas, é levantado um auto e esse auto pode levar a um processo de inquérito que vai dar origem a um contraditório, ou seja, o Código do Procedimento Administrativo regula prazos para a administração instaurar o processo de inquérito e para a outra parte responder. Quando se passa da fase do contraditório é que se entra na fase da contra-ordenação. Salientou ainda que se não havia gestor de procedimento, havia outro responsável, e esse responsável tinha que fazer cumprir prazos. ----------
--- Solicitou a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, para perguntar aos Sr.s Deputados Municipais o que acham de uma votação da Assembleia Municipal ter sido subvertida pela Câmara Municipal. Questionou que consequência poderá ter um ato destes. Como tal pede a intervenção do Sr. Vereador Jorge Lopes enquanto advogado. ----------
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal não permitiu a intervenção do Sr. Vereador, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara arcará com a responsabilidade dessa atitude grave, se é que o foi. ----------
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que, quando a reunião da Assembleia é descentralizada, há sempre um ponto da ordem de trabalhos dedicado aos assuntos da Freguesia onde se realiza a reunião, que por lapso não foi introduzido nesta ordem de trabalhos; devido a esse facto pergunta se alguém se opõe que o ponto nº 2 passe para 3 e assim sucessivamente de modo a que o ponto 2 passe a ser a "Análise de Assuntos da Freguesia de Alcoentre". ----------
--- A Assembleia Municipal concordou. ----------
--- APROVAÇÃO DE ATAS ----------
--- Posta a votação, foi a Ata da reunião Ordinária de 24 de Novembro de 2015 aprovada por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções dos Deputados Pedro Salazar, do PS e Natércia Serranito, da Coligação PFNT. ----------
--- Posta a votação, foi a Ata da reunião Extraordinária da de 09 de Dezembro de 2015 aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 4 abstenções dos Deputados Pedro Salazar, do PS, António Godinho e Natércia Serranito, da Coligação PFNT e António José Rodrigues, da CDU. ----------
---------- **ORDEM DO DIA** ----------
--- Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal -----
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste ponto. ----------
--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal, António Lavado dos Reis, referindo-se à Pagina 3, ponto (02 02) – Intervenções urbanas, solicitou saber que intervenções foram essas. ----------

--- No ponto (02 02 02 02) – Calçadas, solicitou saber onde é a estrada da Ameixoeira, uma vez que só conhece a "Rua da Ameixoeira". ----------
--- Na página 4 e em relação ao ponto (05 04) considerou que deveria haver alguma referência ao Parque da Milhariça. ----------
--- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal, Sérgio Ezequiel, que fez referência à página 4 (05 04 02) – Execução de parque infantil, solicitando saber onde fica este parque. --
--- Na página 16 – Análise de execução financeira, solicitou esclarecimentos na parte da despesa, pois chegou-se ao final do ano com um empolamento de 1467.5 %. ----------
--- Solicitou também saber em que situação é que os impostos são restituídos. ----------
--- Solicitou ainda saber porque é que esta rubrica ficou tão elevada. ----------
--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal, Carlos Valada, que em relação ao ponto 05 01 (Águas), solicitou saber o que ainda falta em relação a este ponto. ----------
--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que, em relação à questão do Sr. Deputado Municipal, Carlos Valada, teve uma reunião com as "Águas de Azambuja" para fazer o balanço das obras que ainda estão para fazer, estando agora a aguardar esse balanço.
--- Em relação ao parque de S. Sebastião, refere que o mesmo se situa à entrada de Azambuja ao pé da capela. ----------
--- Em relação ao parque da Milhariça refere que é um dos processos que estão em agenda, não podendo ser feito na totalidade o projeto que estava delineado. ----------
--- Em relação à rua da Ameixoeira refere que foi um engano. ----------
--- No que diz respeito à pergunta do Sr. Deputado Municipal, Sérgio Ezequiel, o Sr. Presidente pediu à Drª Irene Lameiro da área financeira para explicar. ----------
--- A Drª Irene Lameiro passou então a explicar que, relativamente a este valor inusitado das outras despesas correntes, ele diz respeito ao montante que a Câmara teve que pagar a título de devolução de impostos diretos, designadamente, no que respeita à Derrama, IUC, e IMT. Referiu que basicamente é uma operação contabilística, entra dinheiro na receita que depois é anulado na parte da despesa. ----------
--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não foram tomadas deliberações. --------
--- **Ponto 2 – Análise de Assuntos da Freguesia de Alcoentre** ----------
--- O Sr. Presidente da Mesa concedeu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Alcoentre, António Loureiro, que cumprimentou os presentes e referiu que relativamente aos esgotos de Alcoentre, mais precisamente aos esgotos de Casais das Boiças, a última informação que recebeu foi de que a construção do emissário seria da responsabilidade da Câmara, solicitando saber se há uma data prevista para as coisas se definirem. ----------
--- Em relação a Tagarro, referiu que a Câmara Municipal de Azambuja tem que fazer a entrega de duas estações elevatórias para completar a rede. ----------
--- Em relação às guardas das pontes em Quebradas afirmou que a situação está perigosa. ---
--- Relativamente ao camião que está estacionado em Tagarro, referiu que, provavelmente, as coisas resolviam-se se houvesse sinalização que proibisse o estacionamento naquele sítio.
--- No que diz respeito ao terreno no cemitério e uma vez que vai haver uma reunião brevemente, referiu que fica com a esperança que o assunto fique resolvido. ----------
--- Agradece a recuperação do espaço do cureto e o auxílio de máquinas que permitam a recuperação de alguns caminhos. ----------
--- Informou ainda que, relativamente às estradas, algumas estão muito esburacadas, prejudicando o trânsito e a segurança. ----------
--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para informar que, em relação às estradas, irá iniciar-se na próxima semana a recuperação dos buracos. ----------
--- Em relação às placas de sinalização vai ver o que se pode fazer. ----------

--- O Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente, o qual explicou que, em relação ao emissário dos Casais das Boiças, o projeto está feito, mas falta fazer o lançamento da obra, sendo esse um dos assuntos que irá ser debatido na reunião com Sr.
--- Em relação às guardas da ponte das Quebradas e da situação das valetas, informou que está disponível para, em colaboração com a Junta de Freguesia , resolverem o assunto. ------
--- Ponto 3 – Projeto de Delimitação Urbana / ARU 2 – Azambuja P 146/P/2015
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste ponto. Não havendo, pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 do PS e 8 da CDU) e 6 abstenções da Coligação PFNT. ----------
--- Ponto 4 – Projeto de Delimitação urbana/ARU 3 – Manique do intendente P147/P/2015 ----------
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste ponto, não havendo, pôs a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 do PS e 8 da CDU) e 6 abstenções da Coligação PFNT. ----------
--- Ponto 5 – Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Área de Reabilitação Urbana dos Municípios Associados da CIMLT P 151/P/2015
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste ponto, não havendo colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor (13 do PS e 8 da CDU) e 6 abstenções da Coligação PFNT.----------
--- Ponto 6 – Regulamento de Comércio a Retalho não Sedentário do Município de Azambuja P 38/VP/2015
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste ponto. ----------
--- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, referindo que o cabeçalho desta proposta vem mal enunciado uma vez que os Vereadores da Coligação PFNT na reunião de Câmara votaram contra, com voto de vencido, e apresentaram o mesmo por escrito, não fazendo referência a isso aquando da votação. Solicita, por isso, que seja retificado. ----------
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que, na sua opinião, votos vencidos é quando se vota no mesmo sentido, mas que, se tem uma ideia diferente. Reforçou que o voto contra não é voto de vencido. ----------
--- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro retomou a palavra para dizer que a declaração de voto vencido iliba de responsabilidade pela aprovação da proposta. ----------
--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que a Câmara, com certeza, irá tomar as devidas diligências nesse sentido. ----------
--- Uma vez posta a votação foi a Proposta, nº P 38/VP/2015, aprovada por maioria com 13 votos a favor do PS, 6 votos contra da Coligação PFNT e 8 abstenções da CDU.----------
--- Declaração de voto vencido ----------
--- A redação do art. 39º, nº 2, alínea d), configura uma violação clara do princípio jurídico da tipificação das normas penais, consagrado nomeadamente no regime geral das contra ordenações, no código penal e, com algum grau de certeza, a constituição. ----------
--- Assim, a Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra, alerta para o facto de todas as coimas ou sanções que venham a ser aplicadas ao abrigo da referida alínea, serem ilegais e consequentemente impugnáveis judicialmente. ----------
--- Ponto 7 – Desafetação de Parcela de Domínio Público ---------- P 3/P/2016
--- O Sr. Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir neste ponto. Não havendo colocou a proposta à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. ----------
--- Ponto 8 - Abertura de Procedimento Concursal - Auxiliar de Ação Educativa P 5/P/2016 ----------
--- Pediu a palavra o Deputado Municipal, António Nobre, para dizer que tem algumas dúvidas relativamente aos últimos parágrafos desta proposta e aos considerandos que a

fundamentam, em que o Município perspetiva para a realização deste concurso não utilizar os seus próprios serviços, mas sim recorrer a uma assessoria técnica. Referiu também que o Grupo CDU não concorda com esta iniciativa, achando que o Município deve recorrer aos seus próprios serviços, ou a municípios vizinhos caso não tenha nos seus serviços pessoas habilitadas para o mesmo. Salientou que o Estado deve escolher os seus próprios funcionários. ----------

--- Pediu a palavra o Deputado Municipal, António Lavado dos Reis, referindo que o dinheiro que se vai gastar neste concurso não é pouco e poderia ser aplicado noutras coisas.

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que este dinheiro não é mal gasto. Disse que são apenas oito vagas e que já existem mais de oitenta pedidos. Salientou ainda que a Câmara tem bons técnicos que poderiam fazer este concurso, mas que se decidiu fazer desta forma para que as coisas sejam completamente transparentes e sem favores. ----------

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta, nº P 5/P/2016, aprovada por maioria com 20 votos a favor (13 do PS, 6 da Coligação PFNT e 1 da CDU) e 7 abstenções da CDU. ---------

--- Ponto 9 – Central de Compras eletrónicas da CIMLT P 6/P/2016

--- Pediu a palavra o Deputado Municipal, António Nobre, para dizer que em relação a este ponto existem algumas cláusulas que suscitam algumas dúvidas. Na cláusula 4, alínea b), onde se preveem determinados princípios que devem informar a atuação administrativa da Comunidade Interadministrativa, onde se fala na racionalização de gastos, desburocratização, simplificação dos procedimentos concursais e a proteção do ambiente, mas tendo em conta que é um contrato muito específico no sentido da CIMLT representar a Câmara em determinados procedimentos. Esclareceu que não há nenhuma referência a prevenção de ilícitos que possam ocorrer sobre esta matéria, ou seja, o que se conhece por prevenção da corrupção e que não está acautelado neste contrato. ----------

--- Em relação à cláusula 5º no nº 2, entende que o prazo que se encontra previsto (60 dias) para a revogação de eventuais atos é manifestamente excessivo, tendo em conta que pode haver algum conflito de interesses entre o Município e a CIMLT, tendo que aceitar determinados atos porque estão impedidos por via deste prazo. ----------

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara dizendo que este documento é igual para todas as Câmaras que fazem parte da CIMLT. ----------

--- Uma vez posta à votação foi a Proposta, nº P 6/P/2016, aprovada por maioria com 19 votos a favor (13 do PS e 6 da Coligação PFNT) e 8 votos contra da CDU.----------

Ponto 10 – Informação Nº 2 - DAF/P/2016 - Relatório de acompanhamento e monitorização do PAFA – 3º e 4º trimestre de 2015 ----------

--- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. ----------

--- APROVAÇÃO POR MINUTA ----------

--- A Srª D. Tatiana Gaspar, 2ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. ----------

---A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro. ----------

--- ENCERRAMENTO ----------

--- Era 23 horas e 45 minutos do dia 18 de Fevereiro, quando o Sr. Presidente da Mesa, deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata a qual, depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. ----------